

Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

Inovação social e redes colaborativas no combate à insegurança alimentar e ao desenvolvimento social sustentável: um estudo sobre o programa Ceará sem fome na macrorregião de Sobral

Social innovation and collaborative networks in addressing food insecurity and sustainable social development: a study of the “Ceará sem fome” program in the Sobral macroregion

Carlos Victor Andrade de Brito – Faculdade Luciano Feijão, carlos.victor@flucianofejao.com.br

Anderson Weiny Barbalho Silva – Faculdade Luciano Feijão

E-mail: anderson.weiny@flucianofejao.com.br

Raimundo Pedro Justino de Orlanda – Faculdade Luciano Feijão,

E-mail: pedro.orlanda@flucianofejao.com.br

Resumo

Inserido no conjunto de políticas públicas do Estado do Ceará, o Programa Ceará Sem Fome (PCSF) configura-se como uma estratégia de inovação social orientada ao enfrentamento da insegurança alimentar e à promoção do desenvolvimento social com base na sustentabilidade. O presente estudo tem como objetivo investigar de que maneira as redes colaborativas estruturadas pelo PCSF — com ênfase na atuação da Cáritas Diocesana de Sobral — contribuem para a redução da insegurança alimentar nos municípios que integram os lotes 22 e 37 do programa. Destaca-se que tal estratégia, além de ampliar a proteção social, fomenta o desenvolvimento social sustentável e impulsiona a economia local, em convergência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1, 2 e 10, propostos pela ONU. Para tanto, adotou-se uma abordagem quali-quantitativa, com aplicação de questionários e realização de entrevista junto a gestoras da Cáritas, bem como com uma beneficiária dos cursos profissionalizantes articulados pela instituição; adicionalmente, procedeu-se à análise de relatórios operacionais disponibilizados pela Unidade Gerenciadora, possibilitando aferir impactos relacionados ao acesso à alimentação e à valorização da cidadania. A análise dialoga com a literatura sobre inovação social e políticas de enfrentamento à pobreza, evidenciando o caráter participativo e replicável da experiência.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Inovação social; Redes colaborativas.

Abstract

The Ceará Sem Fome Program (PCSF) emerges within Ceará's public-policy landscape as a social-innovation strategy aimed at addressing food insecurity and fostering development grounded in sustainability. This study investigates how the collaborative networks established by the PCSF—particularly the role played by Cáritas Diocesana de Sobral—contribute to reducing food insecurity in the municipalities covered by lots 22 and 37 of the program. The initiative is also examined for its capacity to promote sustainable social development and stimulate the local economy, aligning with the United Nations Sustainable Development Goals 1, 2, and 10. A mixed-methods design (qualitative and quantitative) was adopted, combining questionnaires and interviews with Cáritas managers and a beneficiary of the vocational training courses coordinated through the institution, in addition to an analysis of operational reports provided by the Managing Unit. These procedures enabled the assessment of impacts on access to food and on citizenship empowerment. The discussion is anchored in the literature on social innovation and poverty-alleviation policies, highlighting the participatory and replicable nature of the experience. The results indicate tangible improvements in food security among beneficiaries, strengthened community ties, and encouragement of local economic initiatives. It is concluded that the PCSF constitutes a consistent example of social innovation implemented through public policy, capable of producing significant changes in the food and socioeconomic landscape associated with extreme poverty in the Sobral macroregion.

Keywords: Food security; Social innovation; Collaborative networks.

1 Introdução

A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à alimentação adequada como condição indispensável para a vida digna, atribuindo ao Estado o dever de formular e implementar programas e estratégias que assegurem a segurança alimentar da população.

Nesse marco, as inovações sociais consolidam-se como alternativa de enfrentamento à fome, na medida em que articulam, simultaneamente, o acesso a alimentos de qualidade e processos de capacitação que favorecem a inserção econômica e social dos indivíduos (Franzoni, 2015). Todavia, a efetividade desse tipo de iniciativa tende a depender da formação e do fortalecimento de redes colaborativas, capazes de integrar organizações públicas, privadas e da sociedade civil, com vistas a mitigar os múltiplos fatores associados à insegurança alimentar (Ferreira et al., 2014).

No Ceará, essa articulação ganhou forma em 2023 com o Programa Ceará Sem Fome, política pública que conjuga a distribuição regular de refeições a ações de qualificação profissional, buscando atender carências imediatas e, ao mesmo tempo, estimular a autonomia dos beneficiários. Na macrorregião de Sobral, a relevância dessa estratégia é reforçada pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do IPECE (2024), que evidencia fragilidades socioeconômicas, e por dados do IBGE (2023), segundo os quais 6,2% dos domicílios cearenses enfrentam insegurança alimentar grave, com maior incidência em lares chefiados por mulheres, por pessoas negras ou por responsáveis com baixa escolaridade.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 (Erradicação da pobreza), 2 (Fome zero e agricultura sustentável) e 10 (Redução das desigualdades), o Programa reafirma o acesso a uma alimentação saudável como requisito para a participação cidadã plena e para o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Nesse arranjo, destaca-se a Cáritas Diocesana de Sobral, enquanto Unidade Gerenciadora (UG), responsável por coordenar as Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPRs) e mobilizar atores locais, conferindo maior capilaridade territorial e caráter participativo às ações executadas.

Inserida nesse contexto como articuladora do Programa, a Cáritas Diocesana de Sobral caracteriza-se como organização civil filantrópica e sem fins lucrativos. Orientada pelos princípios da agroecologia e da economia solidária, a instituição define como missão promover justiça social e solidariedade libertadora, defender direitos, incidir em políticas públicas e promover desenvolvimento sustentável com equidade de gênero, raça, etnia e geração (Cáritas Diocesana de Sobral, 2025).

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo investigar como as redes colaborativas do Programa Ceará Sem Fome, exemplificadas pela atuação da Cáritas Diocesana de Sobral, reduzem a insegurança alimentar, fomentam o desenvolvimento social sustentável e dinamizam a economia local, contribuindo para o enfrentamento da pobreza.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

Ao analisar soluções inovadoras vinculadas à organização e à distribuição de alimentos, bem como iniciativas de capacitação profissional, este estudo busca evidenciar o potencial do Ceará Sem Fome enquanto política pública inovadora.

2. Marco Teórico

2.1 Inovação Social

Zapata-Aguilar (2024) assinala que o crescimento populacional, impulsionado pelo aumento da expectativa de vida e pelas taxas de natalidade em diversos países, tem produzido desafios progressivamente mais complexos. Para enfrentá-los, torna-se necessário garantir recursos capazes de atender às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras, conforme o princípio da sustentabilidade.

Nessa perspectiva, compreende-se qualidade de vida como bem-estar físico, social e econômico, de modo que estratégias sustentáveis tendem a integrar preservação ambiental, crescimento econômico e inclusão social. É nesse ponto de interseção que se situa a inovação social, entendida como criação e implementação de novos produtos, serviços ou modelos organizacionais que respondem a necessidades sociais de forma mais eficaz do que soluções convencionais, gerando valor coletivo duradouro e sustentável (Zapata-Aguilar, 2024).

Peralta e Rubalcaba (2021) argumentam que governos recorrem à inovação social para renovar processos, lidar com cenários instáveis e ampliar a confiança social nas instituições. Em paralelo, Zapata-Aguilar (2024) enfatiza que empresas e organizações do terceiro setor a adotam como meio de gerar riqueza e melhorar as condições de vida das comunidades alcançadas, conferindo caráter inclusivo e responsável às ações.

Sob outra ótica, Aghion e Griffith (2023) sustentam que inovações sociais ou tecnológicas podem reduzir ou ampliar desigualdades, a depender de quem detém seus direitos e de como estes são explorados. A introdução de novos bens, o aumento de qualidade de produtos e a reformulação de processos produtivos alteram estruturas de mercado, redistribuem poder entre atores econômicos e redefinem o valor de habilidades e recursos.

Quando tais mudanças reduzem custos e ampliam o acesso, como em inovações que baratearam a produção de alimentos, consumidores de menor renda tendem a se beneficiar diretamente, com incremento do poder de compra (Aghion & Griffith, 2023). Desse modo, o desafio contemporâneo consiste em estimular a inovação de forma inclusiva, assegurando proteção social e evitando que empresas consolidadas restrinjam a entrada de novos concorrentes, condição associada à produtividade e à mobilidade social.

Ano V, v.2 2025 | **submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025**

2.2 Redes Colaborativas

A efetivação da inovação social depende de fatores interligados e de uma conjuntura favorável que inclua, especialmente, redes de colaboração capazes de produzir mudanças concretas. Prim et al. (2019) indicam que tais redes funcionam como catalisadoras ao favorecerem a criação e o aprimoramento de novos modelos organizacionais nos âmbitos social, econômico, financeiro, cultural e político.

Essas redes ampliam oportunidades de crescimento ao estimular a participação ativa e a troca de conhecimentos entre comunidades que enfrentam desafios semelhantes (Prim et al., 2019). Para alcançar potencial inovador, devem apoiar-se em elementos estruturantes como diversidade de atores e parcerias, confiança mútua, comprometimento, liderança compartilhada e processos colaborativos de tomada de decisão. Além disso, incluem-se empoderamento (fortalecimento de identidade), captação de recursos (financeiros, materiais e humanos) e iniciativas contínuas de aprendizagem, tendo a sustentabilidade econômica, social e ambiental como objetivo central (Prim et al., 2019).

No Brasil, observa-se interesse crescente por essa abordagem. Borges, Soares e Dandolini (2016), a partir do estudo da Social Good Brazil (rede que conecta pessoas e instituições para criação de soluções tecnológicas a problemas sociais), apontam aumento significativo do engajamento em inovação social. Nesse contexto, organizações da sociedade civil assumem papel relevante no desenvolvimento comunitário, enquanto empresas privadas também estabelecem parcerias com o terceiro setor, ainda que tais alianças apresentem limitações e certa instabilidade (Borges, Soares e Dandolini, 2016).

Quando há colaboração efetiva entre governo, empresas e entidades sem fins lucrativos, emergem inovações que podem estimular desenvolvimento local, facilitar trocas de experiência e aperfeiçoar a gestão de projetos sociais, ampliando eficiência e sustentabilidade (Borges, Soares e Dandolini, 2016). Apesar disso, a implementação da inovação social permanece desafiadora, sobretudo pela necessidade de aprimorar mecanismos de avaliação de impacto e de profissionalizar a gestão das iniciativas, o que tende a fortalecer parcerias, promover transparência e ampliar a confiança entre organizações envolvidas (Borges, Soares e Dandolini, 2016).

2.3 Insegurança alimentar

O êxito de estratégias de inovação social relaciona-se à garantia de direitos básicos, entre os quais se destaca o acesso à alimentação adequada. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) reconhece o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), descrito como essencial, porém ainda com atenção insuficiente nas agendas prioritárias de políticas públicas (Hogemann, Adeodato e Junior, 2023).

Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, Lei 11.346/2006), segurança alimentar e nutricional implica acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em

Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades básicas, abrangendo oferta e práticas alimentares saudáveis, além de sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social. A criação, em 2003, da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional reforçou o compromisso estatal com a temática (Hogemann et al., 2023).

Ainda assim, a insegurança alimentar mantém caráter estrutural: apesar de avanços entre 2003 e 2011, a fome persiste associada à desigualdade de renda e à concentração de recursos, que limitam o alcance universal das políticas públicas (Hogemann et al., 2023). O quadro se agrava em um país de dimensões continentais, com crescimento modesto do PIB e respostas governamentais frequentemente marcadas por assistencialismo emergencial, sem enfrentar causas profundas.

Porcé e Michellon (2022) acrescentam que a fome se relaciona à posição periférica da América Latina na economia global, caracterizada por exploração da força de trabalho e dependência frente às nações centrais; nessa leitura, a ruptura do padrão produtivo é condição para enfrentamento duradouro da insegurança alimentar, pois, sem isso, alívios tendem a ocorrer apenas em ciclos de expansão econômica. Ademais, oscilações no mercado de trabalho e nos salários, somadas à alta contínua do custo da cesta básica, ampliam vulnerabilidades familiares, enquanto a estrutura fundiária brasileira permanece pouco alterada, indicando necessidade de políticas que incluam redistribuição de terras para assegurar o direito à alimentação saudável (Porcé e Michellon, 2022).

Nesse cenário, políticas públicas relevantes foram implementadas, com estratégias de combate à fome e apoio à agricultura local, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que determina a aplicação de pelo menos 30% do orçamento em alimentos provenientes da agricultura familiar (Martinez et al., 2023). Intervenções governamentais são consideradas fundamentais para estabilizar o suprimento de alimentos e melhorar condições econômicas de populações vulneráveis (Razak, 2023), e a natureza multicausal da insegurança alimentar demanda estruturas políticas abrangentes que enfrentem questões estruturais, incluindo impactos da pobreza (Macias e Mallen, 2014). Ainda que haja intervenções significativas, os desafios indicam necessidade de compromisso renovado e de estratégias inovadoras; no Ceará, um exemplo nessa área é o Programa Ceará Sem Fome.

2.4 Programa Ceará Sem Fome

O Programa Ceará Sem Fome, lançado em 2023, foi criado com a finalidade de erradicar a fome extrema e promover segurança alimentar no Estado. Por ações integradas, assegura direitos essenciais à população, sob coordenação da Secretaria da Proteção Social (SPS), que articula esforços com órgãos públicos, entidades da sociedade civil e comunidades locais (Ceará, 2023).

Instituído pela Lei n.º 18.312, de 17 de fevereiro de 2023, o Programa tornou-se política pública permanente. Seu desenho prevê um pacto que mobiliza múltiplas instâncias da organização social cearense e viabiliza a criação das Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPR), as quais

Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

garantem acesso diário a refeições saudáveis, valorizam a agricultura familiar, promovem inclusão produtiva e reforçam a segurança alimentar de famílias em extrema pobreza (Ceará, 2023).

A estrutura do Programa organiza-se em três eixos. O primeiro é o Cartão Ceará Sem Fome, com transferência de R\$ 300 mensais a famílias em grave insegurança alimentar; estimativas da SPS apontam que, em 2024, cerca de 53 mil famílias receberam o benefício. O segundo eixo corresponde às USPR (Cozinhas Solidárias), gerenciadas por entidades da sociedade civil selecionadas via edital, responsáveis por produzir e distribuir refeições gratuitas; atualmente, 1.300 cozinhas, distribuídas em 39 lotes, servem aproximadamente 125 mil refeições diárias (SPS, 2024). O terceiro eixo consiste em Campanhas de Arrecadação de Alimentos, que mobilizam sociedade civil, instituições públicas e empresas privadas para recolher gêneros não perecíveis, fortalecendo a rede solidária e complementando o atendimento ao público-alvo (SPS, 2024).

Além desses eixos, o Programa contempla capacitação profissional e geração de renda por meio do Ceará Sem Fome + Qualificação e Renda, iniciativa alinhada aos ODS, destinada tanto à mitigação da fome quanto à inserção econômica dos beneficiários. Os cursos abrangem áreas como tecnologia, administração, moda, gastronomia, beleza, serviços e recursos naturais; podem participar pessoas a partir de 16 anos vinculadas ao Programa (beneficiários, cozinheiros, auxiliares e voluntários das cozinhas), e as formações ocorrem em turnos flexíveis, em espaços adequados, incluindo USPR e instituições parceiras (Ceará, 2023).

O acompanhamento é realizado de forma contínua pelo Comitê Intersetorial de Governança do Programa Ceará Sem Fome, com reuniões semestrais para avaliação de resultados e planejamento de etapas futuras. O Comitê foi criado pela Lei n.º 18.312/2023 e regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 35.377, de 31 de março de 2023; seu regimento interno foi atualizado pela Resolução n.º 003/2024, publicada em 2 de janeiro de 2025 (Ceará, 2023).

Na macrorregião de Sobral, a Cáritas Diocesana atua como Unidade Gestora (UG), gerenciando as USPR dos lotes 22 e 37 e articulando cursos do + Qualificação e Renda, com função estratégica na operacionalização local (CEARÁ, 2024). As USPR sob responsabilidade da Cáritas atendem zonas urbanas e rurais de Forquilha, Groaíras e Sobral (lote 22) e de Alcântaras, Massapê, Meruoca, Santana do Acaraú e Senador Sá (lote 37); os cursos são ministrados por parceiros da rede colaborativa, como o Instituto Federal do Ceará (IFCE), ampliando o alcance das ações de inclusão produtiva (Ceará, 2024).

3 Materiais e Métodos

A presente investigação adota abordagem mista, de natureza descritiva, articulando procedimentos quantitativos e qualitativos com o propósito de compreender, no contexto empírico analisado, a atuação da Cáritas Diocesana de Sobral enquanto Unidade Gerenciadora do Programa

Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

Ceará Sem Fome. O universo empírico contempla gestores da Cáritas e coordenadores das Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPR) vinculadas aos lotes 22 e 37 — totalizando 2 coordenadores, 1 gerente e 5 agentes de campo — além de voluntários e pessoas assistidas pelo programa.

Optou-se por realizar um censo dos sujeitos responsáveis por decisões operacionais e, adicionalmente, por examinar um caso do programa: uma cozinheira vinculada a uma das USPR, beneficiária dos cursos de qualificação. Integram ainda o corpus documental fontes oficiais, com destaque para a legislação que institui e regulamenta o programa (Lei n.º 18.312/2023 e Decreto n.º 35.377/2023).

A coleta de dados foi estruturada a partir de duas técnicas complementares. Primeiramente, realizaram-se entrevistas semiestruturadas junto a gestores e a uma beneficiária, com vistas a registrar percepções relativas às redes colaborativas, aos efeitos sociais observados e ao alinhamento do programa aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1, 2 e 10, conforme procedimento metodológico indicado por Severino (2007).

Em seguida, procedeu-se à análise documental de relatórios operacionais, legislações e séries históricas relacionadas à insegurança alimentar, articulando tais evidências com dados secundários de natureza quantitativa — a exemplo do número de refeições servidas, quantitativo de beneficiários e estatísticas populacionais — obtidos em bases da Secretaria da Proteção Social, do IBGE e em relatórios disponibilizados pela Cáritas Diocesana de Sobral.

A elaboração dos resultados demandou um desenho metodológico integrado, capaz de captar, simultaneamente, dimensões numéricas e significados atribuídos pelos sujeitos à atuação da Cáritas no âmbito do Programa Ceará Sem Fome. Os dados quantitativos foram obtidos mediante busca ativa em registros institucionais da organização, referentes aos resultados do programa; na sequência, tais informações foram sistematizadas em planilhas eletrônicas e submetidas à análise estatística descritiva, com base em Bussab e Morettin (2017).

Em paralelo, o material textual foi examinado segundo a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), resultando na categorização das informações em quatro eixos interpretativos: inovação social, redes colaborativas, segurança alimentar e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Por fim, realizou-se a triangulação entre achados quantitativos e qualitativos, visando confrontar os dados com o arcabouço teórico mobilizado no estudo e, também, compreender em que medida a experiência da Cáritas, como Unidade Gestora, se configura como exemplo de inovação social com repercussões concretas sobre a segurança alimentar e o desenvolvimento local.

No que se refere aos procedimentos éticos, embora o estudo não tenha sido submetido a comitê de ética em pesquisa, foram observados cuidados compatíveis com a participação voluntária dos sujeitos. Para viabilizar a realização da pesquisa, encaminhou-se à Cáritas um Termo de

Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

Anuência, devidamente assinado e autorizando formalmente a execução do trabalho junto à instituição.

Os participantes foram informados previamente sobre o propósito do estudo e sobre o tratamento ético das informações, assegurando-se o anonimato por meio da omissão de nomes e de quaisquer elementos que possibilitassem identificação. Também se esclareceu que os dados coletados seriam utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e tratados com responsabilidade, em conformidade com princípios éticos da pesquisa científica.

4. Resultados e Discussão

A etapa inicial de análise foi estruturada a partir da quantidade de Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPRs). Em primeiro lugar, buscou-se identificar os lotes, os municípios contemplados, o quantitativo de USPRs e o volume de refeições distribuídas diariamente. Para este estudo, adota-se o recorte dos lotes 22 e 37, cuja Unidade Gerenciadora (UG) é a Cáritas Diocesana de Sobral. Esse recorte abrange o município de Sobral e localidades próximas, organizadas por lotes. O Quadro 1 apresenta a distribuição das unidades e o total diário de refeições produzidas em cada lote.

Quadro 1 - Quantidades de Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPRs).

LOTE	QUANTIDADE DE USPRs	REFEIÇÕES DISTRIBUIDAS POR DIA
LOTE 22	36	3520
LOTE 37	22	2180
TOTAL	58	5700

Fonte: Próprio do autor (2025).

Em termos agregados, ao considerar as 58 USPRs geridas pela Cáritas Diocesana de Sobral, observa-se a distribuição diária de 5.700 refeições. Sob a premissa operacional de funcionamento das cozinhas de segunda a sexta-feira ao longo dos meses do ano, esse volume corresponde a mais de 1.400.000 refeições distribuídas anualmente pelos lotes 22 e 37.

Os dois lotes, portanto, apresentam magnitudes capazes de alcançar milhares de pessoas, garantindo a um contingente expressivo de cidadãos o acesso cotidiano à alimentação. Santos e Perim (2016) identificam como inovação social as ações que promovem desenvolvimento comunitário e melhorias na qualidade de vida; nessa direção, o levantamento apresentado explicita o alcance do Programa Ceará Sem Fome em termos de pessoas impactadas, reforçando sua natureza de intervenção social orientada a necessidades concretas.

No que se refere à aplicação prática dos conhecimentos adquiridos (pergunta 6 do Formulário para Beneficiários dos Cursos do Programa Ceará Sem Fome), identificou-se que as

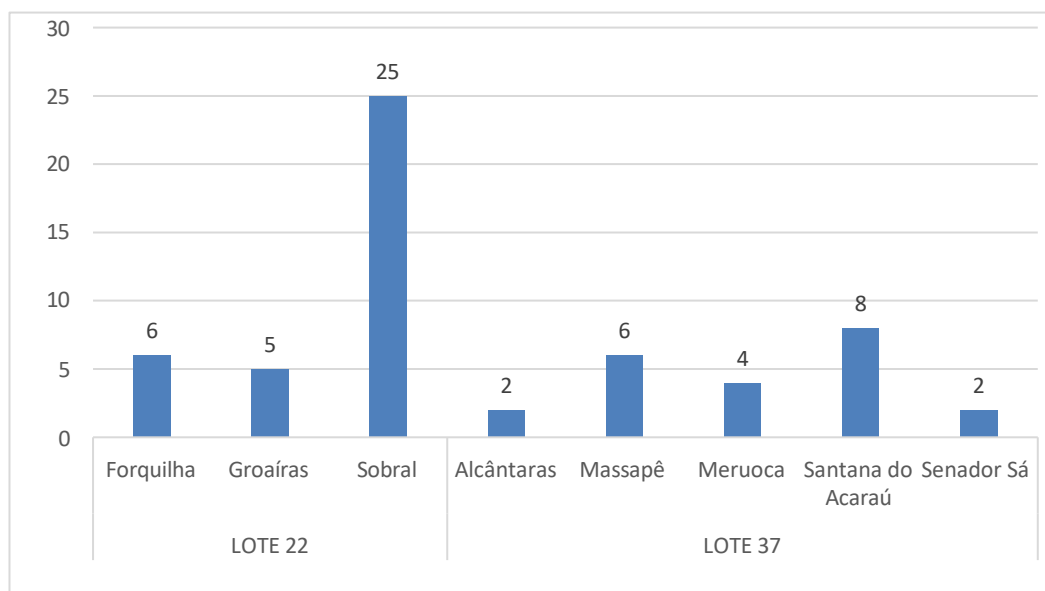
Ano V, v.2 2025 | **submissão: 20/12/2025** | **aceito: 22/12/2025** | **publicação: 24/12/2025**

formações ofertadas pelo programa contribuem de modo efetivo para a inserção dos participantes no mercado de trabalho, além de repercutirem na valorização pessoal e profissional. Esse achado foi corroborado pela entrevista realizada com uma beneficiária, cujo relato enfatiza expectativas, projeto de vida e resultados objetivos decorrentes da qualificação: “Eu adquiri [conhecimentos] pra me arrumar um emprego né? Na cozinha. Porque eu gosto muito de cozinhar. Aí eu dizia assim: eu vou fazer esse curso, e se Deus quiser, eu vou arrumar um emprego. Em escola, né? Ou montar um negócio pra mim. Aí eu consegui esse emprego e deu tudo certo.”

A declaração evidencia que a qualificação não se limita ao plano teórico, produzindo efeitos diretos na empregabilidade e, simultaneamente, no fortalecimento da autoestima, sobretudo quando se trata de sujeitos em condições de vulnerabilidade social, para os quais a certificação e o reconhecimento do aprendizado assumem papel relevante na mediação de oportunidades.

Observa-se, ainda, que a maior parte das USPRs se concentra no município de Sobral, o que se associa a uma produção superior de refeições quando comparada às cidades circunvizinhas. Essa assimetria, entretanto, não implica ausência de impacto nas demais localidades: a distribuição territorial das unidades acompanha a escala populacional. Como referência, Groaíras, segundo estimativa de 2024 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui 11.313 habitantes, ao passo que Sobral possui 215.286 habitantes, o que justifica a maior presença de unidades em áreas de maior concentração demográfica. O Gráfico 1 sistematiza essa distribuição por município.

Gráfico 1 - Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPRs) por município.



Fonte: Próprio do autor (2025).

Os dados indicam que cada lote agrega um conjunto específico de municípios: o Lote 22 contempla Forquilha, Groaíras e Sobral, enquanto o Lote 37 abrange Alcântaras, Massapê, Meruoca, Santana do Acaraú e Senador Sá. Em termos territoriais, a maior extensão do Lote 37 amplia a área

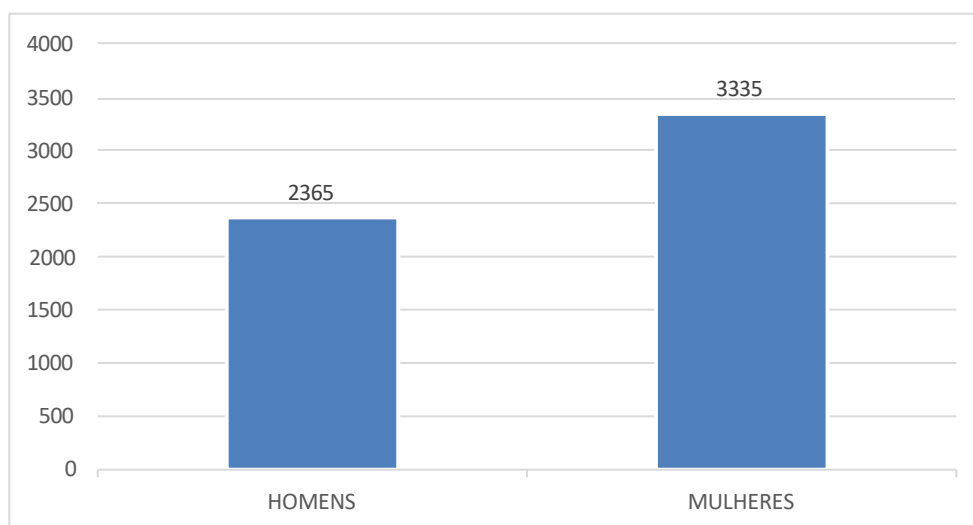
Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

de influência do Programa Ceará Sem Fome, alcançando desde centros urbanos mais densos até comunidades com baixa densidade populacional. Nesse cenário, torna-se necessário assegurar acessibilidade equitativa aos beneficiários, compatibilizando capilaridade, logística e critérios de priorização.

Os questionários e entrevistas realizados em campo evidenciaram que a distribuição das refeições prioriza domicílios em vulnerabilidade social acentuada. Entre os critérios de elegibilidade, destacam-se: renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo; classificação de insegurança alimentar moderada ou grave; cadastro atualizado no CadÚnico; presença de crianças, idosos ou pessoas com deficiência; e situação de desemprego ou informalidade dos responsáveis. Soma-se a isso a possibilidade de indicação de potenciais beneficiários por lideranças comunitárias e profissionais da rede socioassistencial, elemento que confere legitimidade social e amplia a capilaridade do processo de seleção.

Para aprofundar o entendimento do público atendido, torna-se pertinente observar o perfil dos beneficiários. Um primeiro recorte analítico consiste na distribuição por gênero, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição dos Beneficiados por Gênero nos lotes 22 e 37



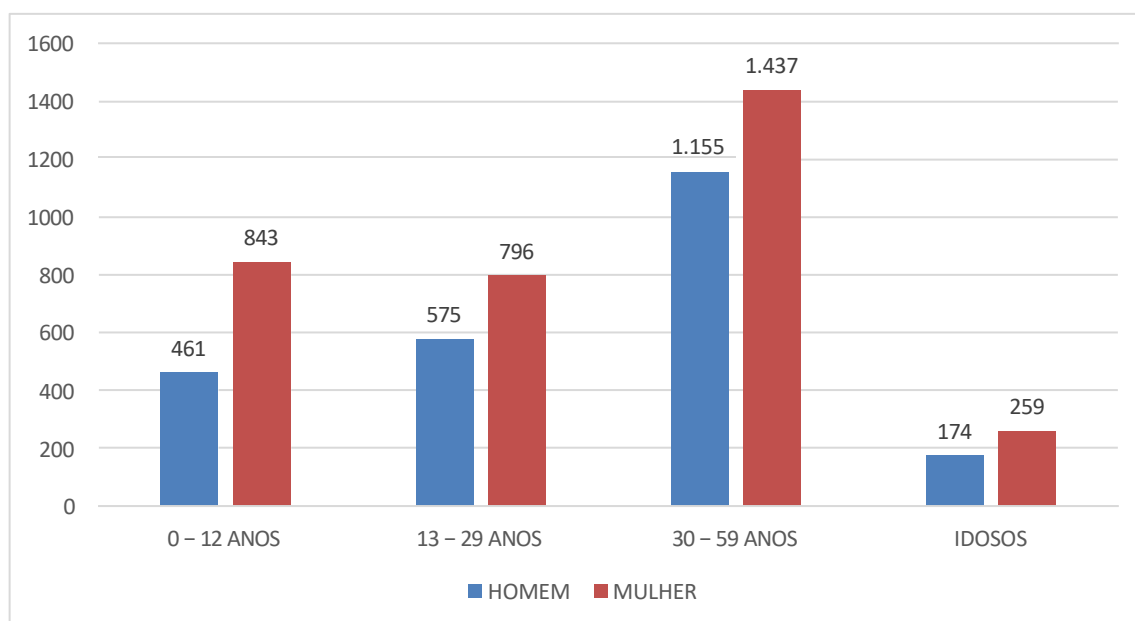
Fonte: Próprio do autor (2025).

O Gráfico 2 evidencia a predominância de mulheres entre os beneficiários: aproximadamente 3.335 atendidas, em contraste com cerca de 2.365 homens. O resultado converge com tendências descritas em estatísticas oficiais e em pesquisas sobre vulnerabilidade socioeconômica, nas quais mulheres — sobretudo responsáveis pelo sustento do domicílio — figuram como grupo mais exposto à insegurança alimentar. Nesse sentido, o dado sinaliza a capacidade do Programa Ceará Sem Fome de alcançar um segmento historicamente mais afetado por desigualdades, reforçando a pertinência de políticas públicas sensíveis a assimetrias sociais.

Ano V, v.2 2025 | **submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025**

O perfil etário dos atendidos pelos lotes 22 e 37 acrescenta uma dimensão analítica adicional. A distribuição por faixas de idade indica que a insegurança alimentar não se restringe a grupos geralmente reconhecidos como mais frágeis (como crianças e idosos), mas também atinge parcelas economicamente ativas. Para explicitar esse recorte de modo desagregado por gênero, apresenta-se o Gráfico 3, que contribui para avaliar, com maior precisão, o alcance social e as implicações das estratégias de intervenção.

Gráfico 3 - Distribuição dos Beneficiários por faixa etária nos lotes 22 e 37



Fonte: Próprio do autor (2025).

Os dados indicam que cerca de 45% dos beneficiários se concentram na faixa de 30 a 59 anos, isto é, adultos em idade produtiva. Em seguida, destacam-se as crianças de 0 a 12 anos, que representam aproximadamente 23% do total atendido. Esse desenho etário reafirma a relevância social do Programa, ao abranger tanto segmentos economicamente ativos quanto grupos mais vulneráveis em razão da pouca idade. A heterogeneidade observada reforça a amplitude territorial do impacto da iniciativa e aponta para a demanda por políticas públicas integradas, capazes de responder a múltiplas realidades presentes no estado.

Para além da gestão das USPRs, a Cáritas Diocesana de Sobral, na condição de Unidade Gestora dos lotes analisados, também exerce papel estratégico na oferta de cursos profissionalizantes, ampliando as possibilidades de inserção laboral dos beneficiários. Tais formações decorrem de parcerias com instituições de referência em Sobral, como o Instituto Federal do Ceará (IFCE), e abrangem áreas diversas, conforme sistematiza a Tabela 1.

Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

Tabela 1 – Cursos Oferecidos nos Lotes 22 e 37 do Programa Ceará Sem Fome (Macrorregião de Sobral)

Curso	Carga Horária	Público Participante	Objetivo Principal	Resultados Percebidos
Produção de Sabão Ecológico	20h	Mulheres jovens das comunidades	Gerar renda e promover práticas sustentáveis com óleo reutilizado.	Formação de grupos produtivos e renda extra para famílias.
Panificação e Confeitaria	40h	Famílias em vulnerabilidade	Capacitar para a produção caseira de alimentos e geração de renda.	Autonomia financeira e fortalecimento de vínculos comunitários.
Agricultura Urbana e Orgânica	30h	Agricultores urbanos e periurbanos	Ensinar técnicas de cultivo sustentável e reaproveitamento de espaços ociosos.	Criação de hortas comunitárias e melhoria da segurança alimentar local.
Culinária Regional	20h	Beneficiários do Programa	Valorizar a cultura alimentar local e incentivar o uso de ingredientes regionais.	Resgate de saberes tradicionais e fortalecimento da identidade cultural.
Educação Alimentar e Nutricional	16h	Famílias atendidas merendeiras	Promover práticas saudáveis e aproveitamento integral dos alimentos.	Redução do desperdício e melhoria na qualidade das refeições servidas.
Cooperativismo e Empreendedorismo Social	24h	Lideranças comunitárias	Formar agentes multiplicadores em gestão solidária e economia colaborativa.	Criação de iniciativas locais com potencial de autossustentação.

Fonte: Próprio do autor (2025).

A Tabela 1 sintetiza os cursos ofertados nos lotes 22 e 37. As formações foram planejadas em consonância com demandas locais, articulando geração de renda, fortalecimento de vínculos comunitários e incentivo a práticas sustentáveis. Os conteúdos percorrem desde a produção de sabão ecológico até fundamentos de cooperativismo, de modo que os participantes desenvolvem competências práticas, valorizam saberes tradicionais e ampliam perspectivas de inclusão econômica. Em termos de resultados percebidos, destacam-se efeitos positivos tanto na segurança alimentar quanto na inserção produtiva dos envolvidos.

Com o propósito de aprofundar a compreensão qualitativa sobre essas formações, foi realizada entrevista com uma beneficiária do curso “Boas Práticas em Manipulação de Alimentos – Auxiliar de Cozinha”, ofertado em parceria com o IFCE entre outubro e novembro. Segundo o relato, antes da capacitação não havia experiência formal na área, e o ato de cozinhar se restringia a uma prática cotidiana. Após a conclusão do curso, houve contratação como auxiliar de cozinha em uma escola da região, fato que reorientou de maneira substantiva sua trajetória profissional. A beneficiária também destacou que conhecimentos relacionados à higienização e à segurança dos alimentos

Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

contribuíram para maior reconhecimento do certificado emitido pela instituição.

Essa experiência foi possibilitada por uma rede colaborativa articulada, envolvendo a Cáritas (como Unidade Gestora), associações comunitárias, igrejas, escolas, agentes públicos e voluntários. A cooperação entre esses atores favoreceu o diagnóstico de necessidades territoriais, a mobilização de participantes e a potencialização das ações do Programa Ceará Sem Fome, ampliando alcance e coordenando o uso de recursos nos municípios atendidos.

A Tabela 2 apresenta a composição dessa rede colaborativa e explicita o papel de cada instituição envolvida. A diversidade de organizações mobilizadas evidencia a capilaridade do arranjo intersetorial e sua relevância para a consecução dos objetivos do programa na macrorregião de Sobral.

Tabela 2 – Composição da Rede Colaborativa do Programa Ceará Sem Fome na Macrorregião de Sobral (Lotes 22 e 37).

Tipo de Instituição/Ator	Exemplos	Principais Contribuições
Órgãos Governamentais	Governo do Estado do Ceará, Prefeituras Municipais	Financiamento, execução do programa, apoio logístico.
Instituições de Ensino	IFCE, CVTs/CENTEC, SENAC, Universidades (ex: UVA), Instituições de pesquisa	Capacitação profissional, cessão de espaços, doação de alimentos, suporte técnico.
Organizações da Sociedade Civil (OSCs)	Cáritas Diocesana de Sobral, Instituto Maria da Hora, associações comunitárias, sindicatos	Gestão dos cursos, mobilização comunitária, apoio operacional às cozinhas solidárias.
Entidades Religiosas	Paróquias, igrejas locais	Mobilização de voluntários, cessão de espaços e doações.
Iniciativa Privada	Comércio local, doadores pontuais	Doações de insumos, apoio material eventual.
Voluntários e Lideranças Locais	Cidadãos, lideranças comunitárias	Apoio ao preparo e distribuição de alimentos, mobilização social
Sistema Penitenciário	Unidade Prisional de Sobral	Apoio em ações específicas de inclusão social e laboral
Sebrae e Instituições de Fomento	Sebrae, outros órgãos de desenvolvimento	Apoio técnico, orientação para empreendimentos sociais

Fonte: Próprio autor (2025).

A tabela evidencia a participação de um conjunto heterogêneo de atores — órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, entidades religiosas, iniciativa privada e lideranças comunitárias. Essa diversidade amplia a abrangência territorial e social do programa e supera uma lógica dicotômica entre esferas pública e privada, ao organizar contribuições complementares orientadas por finalidade social compartilhada.

Nesse arranjo, os aportes do IFCE, dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) e do Centro de Educação Tecnológica do Ceará (CENTEC) mostram-se determinantes para a viabilização de grande parte das capacitações, com impactos esperados sobre empregabilidade. Em paralelo,

Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

igrejas e associações locais mobilizam comunidades e oferecem apoio direto a famílias vulneráveis. As parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e, de modo particular, com a Unidade Prisional de Sobral, reforçam a necessidade de articulação ampla, com responsabilidades definidas e compromisso comum com a equidade.

A coordenação conduzida pela Cáritas revelou-se decisiva para o fortalecimento das redes locais de colaboração. Enquanto Unidade Gestora, a instituição integra as USPRs às demais ações do programa, assegurando comunicação operacional, logística e suporte técnico. Essa condução contribui para identificar demandas específicas de cada território e cria condições para que a iniciativa ultrapasse a distribuição de refeições, configurando-se como estratégia mais abrangente de desenvolvimento comunitário.

Os cursos ofertados — voltados à ecologia, serviço comunitário, panificação, cooperativismo e reaproveitamento de alimentos — não se limitam a capacitações técnicas: operam como mecanismos de ampliação de renda, reforço de pertencimento e disseminação de práticas sustentáveis. Na percepção dos entrevistados, o modelo combina assistência imediata com empoderamento no longo prazo, distinguindo-se entre iniciativas já implementadas pela Cáritas.

A análise qualitativa dos formulários e entrevistas indica que as ações desenvolvidas nos lotes 22 e 37 contribuem diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero e agricultura sustentável) e 10 (redução das desigualdades). O programa atua sobre a pobreza ao promover capacitação e ampliar autonomia econômica; incide sobre a fome ao assegurar refeições diárias; e estimula práticas como hortas comunitárias e reaproveitamento de alimentos, com efeitos sociais e ambientais associados.

Os achados desta seção evidenciam o impacto do Programa Ceará Sem Fome tanto na promoção da segurança alimentar quanto na construção de uma iniciativa de inovação social sustentada por rede colaborativa diversificada e articulada. A gestão de 58 Unidades Sociais Produtoras de Refeições, responsável pela distribuição aproximada de 5.700 refeições/dia, expressa uma estratégia ampla voltada à redução da vulnerabilidade social, com atenção a populações em maior risco, como famílias em insegurança alimentar e em vulnerabilidade socioeconômica. Tais ações dialogam com tendências internacionais de programas alimentares fundamentados em articulação intersetorial, a exemplo de iniciativas em países desenvolvidos, nas quais bancos de alimentos integram recursos de múltiplos setores para ampliar acesso a alimentos saudáveis, fortalecer cadeias produtivas locais e promover inclusão social.

As experiências internacionais reforçam o valor de estratégias colaborativas e de redes capazes de ampliar impactos sociais, oferecendo referências para a consolidação de modelos ajustados ao contexto brasileiro. No recorte analisado, o fortalecimento comunitário por meio de cursos (panificação, agricultura urbana, cooperação e reaproveitamento de alimentos) demonstra-se

Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

funcional não apenas para geração de renda, mas também para valorização de saberes tradicionais e promoção de práticas sustentáveis. O relato qualitativo da beneficiária do curso de Manipulação de Alimentos exemplifica como as formações podem elevar reconhecimento social e ampliar perspectivas de inserção no mercado formal, evidenciando o papel de políticas de capacitação no empoderamento e na autonomia econômica.

Apesar dos avanços, permanecem desafios, pois a sustentabilidade e a expansão do programa dependem de política pública contínua e do fortalecimento de atores locais. Nessa direção, as evidências indicam que a continuidade de ações inovadoras requer estratégias de avaliação e monitoramento que mensurem impactos no longo prazo, bem como políticas integradas que considerem a diversidade territorial e suas múltiplas realidades.

A heterogeneidade dos territórios, expressa na distribuição das USPRs entre Sobral e municípios vizinhos, aponta para a necessidade de políticas adaptadas às especificidades locais, de modo a preservar equidade no acesso e na qualidade das intervenções realizadas.

O alinhamento do Ceará Sem Fome aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável reforça sua inserção no debate contemporâneo sobre erradicação da pobreza (ODS 1), fome zero (ODS 2) e cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11). Nesse sentido, o programa explicita que a inovação social, quando sustentada por rede colaborativa intersetorial, pode produzir avanços concretos na transformação social, contribuindo para desenvolvimento sustentável e redução de desigualdades.

Por fim, a consolidação de parcerias, o emprego de estratégias de avaliação contínua e a adoção de políticas públicas com capacidade de continuidade e expansão no contexto brasileiro evidenciam o potencial de iniciativas inovadoras articuladas ao fortalecimento de vínculos comunitários e à formação técnica.

Considerações Finais

Os resultados obtidos permitem afirmar que a pergunta de pesquisa — “Como a inovação social e as redes colaborativas do Programa Ceará Sem Fome, exemplificadas pela atuação da Cáritas Diocesana de Sobral, promovem a redução da insegurança alimentar e o desenvolvimento social sustentável na macrorregião de Sobral?” — foi respondida de maneira satisfatória. Verifica-se, a partir da articulação entre o governo estadual do Ceará, a Cáritas Diocesana de Sobral e os demais parceiros, que a cooperação instituída contribui de forma efetiva para a redução da insegurança alimentar, o fortalecimento do desenvolvimento social e o estímulo à economia local, conforme indicam os dados qualitativos e quantitativos analisados. Para pesquisas futuras, recomenda-se o aprofundamento da análise sobre os valores investidos e os mecanismos de prestação de contas do programa, com vistas a aferir sustentabilidade financeira e transparência na gestão. Recomenda-se, ainda, avaliar a possibilidade de replicação da experiência em outros contextos territoriais,

Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

considerando arranjos institucionais e capacidade de articulação política como fatores determinantes para o êxito da iniciativa.

A partir do relato de uma beneficiária dos cursos ofertados pelo programa, observa-se que a qualificação disponibilizada repercutiu diretamente em sua trajetória profissional. No depoimento, a entrevistada afirma: “Eu consegui esse emprego e deu tudo certo. Eu dizia assim: eu vou fazer esse curso e, se Deus quiser, vou arrumar um emprego na escola — e consegui”, evidenciando a capacidade do programa de converter expectativas em oportunidades concretas de inserção no trabalho, com implicações objetivas em sua vida. Além disso, reforça a avaliação positiva sobre a formação recebida: “Foi excelente, as professoras maravilhosas, aprendi muita coisa. Já sabia algumas coisas, mas depois que fiz esse curso, aprendi muito mais”. A entrevistada também registra uma crítica de caráter propositivo: “Eu achei maravilhoso, tudo, mas queria que fosse mais dias, mais meses. Se fosse mais tempo, seria ainda melhor”. Esses elementos, em conjunto, reforçam a relevância do programa como promotor de mudanças sociais efetivas e apontam a importância da escuta ativa como componente para o aprimoramento contínuo da política.

As evidências empíricas analisadas indicam que o Ceará Sem Fome pode ser compreendido como inovação social em operação: observa-se a descentralização de decisões, o estímulo ao protagonismo de organizações locais e a adoção de soluções de baixo custo, aspectos que contribuem para caracterizá-lo como política pública inovadora.

Esse resultado dialoga com Prim et al. (2019), ao corroborar que parcerias, gestão compartilhada, empoderamento comunitário, diversidade de recursos e aprendizagem contínua constituem condições necessárias para o enfrentamento de problemas complexos como fome e exclusão econômica.

No plano operacional, observa-se que os lotes 22 e 37 se sustentam por uma rede colaborativa ampla, envolvendo secretarias estaduais, prefeituras, instituições de ensino, igrejas, associações comunitárias, empresas privadas e lideranças locais. Essa conformação amplia o alcance geográfico e social do programa e favorece capilaridade às ações.

A presença de atores diversos também evidencia que o modelo participativo e descentralizado se associa ao impacto das iniciativas: IFCE, CVTs e CENTEC contribuem com a qualificação dos beneficiários; igrejas e associações comunitárias fortalecem a mobilização territorial; SEBRAE e a Unidade Prisional de Sobral integram cadeias de apoio que otimizam recursos e favorecem resultados.

O depoimento coletado junto à beneficiária reforça ganhos concretos, com destaque para ingresso no mercado de trabalho e fortalecimento da autoestima, dimensão que complementa os achados quantitativos e amplia a compreensão do alcance social do programa.

Conclui-se, por fim, que o programa se diferencia por articular assistência imediata com

Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

estratégias de geração de renda e fortalecimento comunitário, alinhando-se aos ODS 1, 2 e 10 e evidenciando a viabilidade de políticas públicas que combinem mitigação de urgências sociais e promoção de autonomia em bases territoriais.

Referências

ADEODATO, B. *Insegurança alimentar no Brasil entre 2018 e 2022: um estudo sobre as dificuldades alimentares e a desmedida nas políticas públicas*. Revista de Direito da Administração Pública, v. 1, n. 3, 2024.

ÁLVAREZ MACIAS, A.; CÁRCAMO MALLEN, R. W. *La seguridad alimentaria y las políticas públicas: una visión conceitual*. n. 27, p. 97–126, 2014.

BORGES, M. A.; SOARES, A. L.; DANDOLINI, G. A. *Redes colaborativas como formas de melhorar a colaboração intersectorial em inovação social: um estudo exploratório*. In:

AFSARMANESH, H.; CAMARINHA-MATOS, L.; SOARES, A. L. (org.). *Colaboração em um mundo hiperconectado*. Cham: Springer, 2016.

CÁRITAS DIOCESANA DE SOBRAL. *Cáritas*. Sobral, 2025.

CEARÁ SEM FOME. *Programa Ceará Sem Fome*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2023.

CEARÁ. Secretaria da Proteção Social. *Ceará sem fome: critérios, ações e resultados*. Fortaleza: SPS, 2024.

CEARÁ. Secretaria da Proteção Social. *Plano decenal de assistência social do Estado do Ceará: 2016–2026*. Fortaleza: SPS, 2016.

DAMASCENO, J. V. *A abordagem da segurança alimentar na Agenda 2030*. 2024.

FERREIRA, G. S.; REZENDE, G. C.; PEREIRA, C. M. O. *Empreendedorismo social: o papel da inovação social como ferramenta de política pública no desenvolvimento socioeconômico em comunidades subdesenvolvidas*. Cadernos de Prospecção, v. 17, n. 2, p. 448–469, 2024.

FRANZONI, G. B. *Inovação social e tecnologia social: o caso da cadeia curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS*. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

HOGEMANN, E. R.; ADEODATO, B. F. S.; LIMA JUNIOR, O. P. *On public policies to fight food insecurity: a current and necessary reflection from the Ubuntu perspective*. Revista Internacional Consinter de Direito, v. 9, n. 16, p. 201, 2023.

IBGE. *Estimativas de população para os municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IPECE. *Informe nº 249*. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2024.

LIMA JUNIOR, E. B.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O.; SCHNEKENBERG, G. F. *Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa*. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 44, 2021.



Ano V, v.2 2025 | submissão: 20/12/2025 | aceito: 22/12/2025 | publicação: 24/12/2025

MARTINEZ, P.; GOMES, M. L. S.; MARINI, F. *Políticas públicas fortalecem a relação entre agricultura familiar e segurança alimentar em escolas brasileiras: um estudo de caso da Paraíba*. Heliyon, v. 9, 2023.

OLIVEIRA, L. P. *Inovação social e sustentabilidade: um estudo de caso sobre o movimento Winds for Future*. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 5, n. 1, p. 31–48, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Nova Iorque: ONU, 2015.

PERALTA, A.; RUBALCABA, L. *Como paradigmas de governança e outros drivers afetam o uso de práticas de inovação por gestores públicos: uma análise PLS-SEM*. Matemática, v. 9, p. 1055, 2021.

PHILIPPE, A.; GRIFFITH, R. *Innovation and inequalities*. Oxford Open Economics, v. 3, suplemento 1, p. i1002–i1005, 2024.

PORCÉ, M.; MICHELLON, E. *Políticas públicas de erradicação da fome no Brasil: desenvolvimento e crise no século XXI*. A Economia em Revista, v. 30, n. 3, p. 77–93.

PRIM, M. A.; DANDOLINI, G. A.; SILVA, S. M.; SOUZA, J. A. *Redes de colaboração para inovação social: um estudo de caso em uma incubadora tecnológica de cooperativas populares*. International Journal for Innovation Education and Research, v. 7, n. 12, p. 147–164, 2019.

RAZAK, A. R. *Uma perspectiva de segurança alimentar, marketing e o papel do governo*. Revista de Marketing do Agronegócio, 2023.

SANTOS, V. F.; PERIM, M. L. S. *Inovação social em cooperativa de empreendimentos solidários*. Revista de Administração de Roraima, v. 6, n. 3, p. 73–88, 2016.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, L. A. C. *Fatores impulsionadores para o desenvolvimento de inovação social em empresas sociais brasileiras*. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2021.

UNITED NATIONS. *Sobre o nosso trabalho para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil*. 2024.

ZAPATA-AGUILAR, J. A. *Inovação social*. Revista Health Education and Welfare, p. 8–14, 2024.